

FACULDADE EDUVALE DE AVARÉ

ANA LUÍSA QUIRINO TEIXEIRA
MARIA EDUARDA DE MELLO
MARIA LAURA BATISTA NEGRÃO

A IMPORTÂNCIA DO DIREITO COMO MATÉRIA FUNDAMENTAL PARA O ENSINO MÉDIO

AVARÉ
2025

ANA LUÍSA QUIRINO TEIXEIRA
MARIA EDUARDA DE MELLO
MARIA LAURA BATISTA NEGRÃO

A IMPORTÂNCIA DO DIREITO COMO MATÉRIA FUNDAMENTAL PARA O ENSINO MÉDIO

Trabalho acadêmico apresentado como requisito parcial para o CONINCE 2025. Orientador(a):

Maria Luiza Assaf Guerra Berg.

AVARÉ
2025

Introdução

A importância do direito para a sociedade é algo de supra relevância, olhando do âmbito do direito civil utilizando o art 3 LINDB , primeiramente descrevendo o que é o direito, depois o que diz no art 3 LINDB e finalizando dizendo sobre o direito como matéria nas escolas do ensino médio, assim podendo ajudar na capacitação da sociedade, tendo conhecimentos amplos sobre o direito sendo ele individual ou coletivo, tendo condições que representam se em fatores para formações e capacitação dos indivíduos, utilizando se método hipotético dedutivo, o problema de pesquisa deste tema seria, como o art 3 LINDB diz que não se pode negar ter conhecimento do direito sendo que não se tem base de aprendizagem voltada ao direito, e essa mudança poderia vir através de ter esse estudo no ensino médio, é como se o art 3 LINDB fosse uma contradição, pois se aprende o direito através de situações vividas por cada indivíduo, por isso a super relevância e importância do direito ser estudado desde sempre.

1. A IMPORTÂNCIA DO DIREITO NA SOCIEDADE

O direito é algo fundamental para a capacitação da sociedade visando num todo, podendo se encontrar o direito em coisas mínimas, tendo situações até mesmo onde nem se percebe que o direito pode agir, com o direito pode moldar o individuo onde ele possa sair da escola tendo um conhecimento e uma visão diferente em diversos aspectos como por exemplo no mercado de trabalho, ter um conhecimento básico do direito tanto em um lado individual como em um coletivo.

Podemos descrever o direito dizendo que ele é composto por leis, artigos e princípios, podendo se ver claramente isto pela nossa Constituição Federal que é principiológica,

Ele é o grande promovedor da justiça social. A finalidade primordial do direito é restabelecer a harmonia social, interferindo diretamente nas condutas humanas, pondo limites à atuação do homem, seja através da imposição de obrigações, seja através de punições ou ainda, seja através de restrições. (Referencia)

Entretanto, como esse indivíduo está apto para fazer parte da sociedade, se não foi ensinado os seus direitos e seus deveres, isto é, como a educação pode falar em adaptação para superar os desafios como cidadania e trabalho se não é fornecido um estudo sobre o

Direito, isto posto, que o cidadão não tem nenhum conhecimento da Constituição Federal, a qual é a Carta Magna, a lei suprema de nossa sociedade.

É importante ressaltar que o conhecimento jurídico é extremamente relevante para a formação de cidadãos melhores e deve ser valorizado como outras disciplinas ministradas nas salas de aula, como língua portuguesa, matemática, história, biologia e filosofia. Tendo em vista, que a importância do estudo do Direito é crucial para que os cidadãos sejam capazes de atuar de forma crítica e responsável dentro da sociedade, pois ao entender as normas e leis vigentes que têm a finalidade de reger as relações sociais, cada indivíduo vai ter habilidade e aptidão para participar ativamente do processo democrático, demandando seus direitos e contribuindo para a estruturação da sociedade sendo justa e democrática.

A educação e o Direito têm uma certa relevância para a sociedade e principalmente para quem vai ingressar nela, pois para o adolescente que está prestes a completar a maioridade e poder ser responsabilizado por cada ato, a sociedade por meio da educação tem o dever de discipliná-lo, mostrar como utilizar suas habilidades por meio das matérias escolares e prepará-lo como cidadão para que assim possa ingressar na sociedade.

O Direito é composto por leis, artigos e princípios, que têm a função de reger os seus deveres e direitos, além de ser responsável por reger o comportamento individual e coletivo, isto é, tem um impacto avassalador na sociedade, pois é responsável por ditar o certo e errado, além de ter o poder para aplicar sanções para aqueles que ferem as leis da sociedade.

Entretanto se o Estado não insere as noções jurídicas na grade curricular dentro das escolas, os alunos não têm nenhum tipo de conhecimento sobre as leis e princípios de nossa sociedade, portanto ocorre uma divergência, pois se o artigo da LINDB exige o conhecimento das leis, mas o Estado não proporciona nenhuma ferramenta para desenvolver o conhecimento jurídico dos alunos.

A Constituição Federal preconiza em seu preâmbulo a promoção dos direitos sociais, visando uma sociedade com liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça, sendo esses valores superiores para uma sociedade pluralista, fraternal e sem preconceitos.

O governo exige que a população esteja ciente e respeite a lei, porém, essas normas não são transmitidas através do ensino; essa deficiência na educação cresce a cada dia, e a falta de conhecimento geral sobre as regulamentações causa diversos danos para a sociedade.

Por fim, vale ressaltar que o Direito abrange várias áreas da vida dentro da sociedade, nas relações comerciais até questões sociais e políticas mais complexas, isto é, o Direito abrange tudo, como os crimes situados no Código Penal, o Direito Civil que é responsável por diversas situações que ocorrem na vida dos cidadãos. Este artigo tem fundamento baseado no princípio da segurança jurídica, uma vez que seria inviável manter a efetividade das leis se fosse possível alegar o desconhecimento delas como forma de escapar das suas sanções, pois o objetivo desse princípio é garantir que as relações já estabelecidas permaneçam estáveis, apesar das mudanças inevitáveis no direito, tanto em termos jurisprudenciais quanto legislativos.

Observa-se que o governo possui uma responsabilidade perante a sociedade, no sentido de fornecer conhecimentos acerca dos direitos e responsabilidades dos cidadãos (conforme o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988).

Conforme escrito no artigo 6º da CF, os direitos sociais são garantias fundamentais para se obter uma sociedade mais íntegra:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Referencia)

A relevância de disseminar esse conhecimento às pessoas deve ser enfatizada e é indiscutível. A Constituição Federal, em seu preâmbulo, preconiza a promoção dos direitos sociais visando o estabelecimento de uma sociedade de liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça, valores primordiais para uma sociedade pluralista, fraterna e não preconceituosa.

O direito de um indivíduo de acesso à informação, conhecimento e conhecimento é inerente e pode ser denominado como direitos humanos porque sem informação a consciência humana não pode funcionar e não pode desenvolver-se. Se a consciência não adquirir as substâncias necessárias aos processos mentais, o indivíduo não se desenvolverá e não evoluirá na sociedade.

2. ARTIGO 3 LINDB

Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece. (Referencia)

Entretanto se o Estado não insere as noções jurídicas na grade curricular dentro das escolas, os alunos não têm nenhum tipo de conhecimento sobre as leis e princípios de nossa sociedade, portanto ocorre uma divergência, pois se o artigo da LINDB exige o conhecimento das leis, mas o Estado não proporciona nenhuma ferramenta para desenvolver o conhecimento jurídico dos alunos.

Este artigo tem fundamento baseado no princípio da segurança jurídica, uma vez que seria inviável manter a efetividade das leis se fosse possível alegar o desconhecimento delas como forma de escapar das suas sanções, pois o objetivo desse princípio é garantir que as relações já estabelecidas permaneçam estáveis, apesar das mudanças inevitáveis no direito, tanto em termos jurisprudenciais quanto legislativos.

O governo exige que a população esteja ciente e respeite a lei, porém, essas normas não são transmitidas através do ensino; essa deficiência na educação cresce a cada dia, e a falta de conhecimento geral sobre as regulamentações causa diversos danos para a sociedade.

É essencial que a população esteja familiarizada com o sistema legal a fim de utilizar seus princípios de maneira mais eficaz; incorporar o ensino desses princípios nas escolas de ensino fundamental e médio contribuirá para uma compreensão e aplicação mais equitativas.

3. DIREITO COMO MATÉRIA FUNDAMENTAL

Também é ensinado nas escolas como o Direito foi estabelecido em diversos países durante o decorrer do tempo, o qual é apresentado aos alunos como o Direito foi se moldando para suprir as necessidades da sociedade em vários lugares, por isso cada país tem sua própria legislação, entretanto não é aprofundado de modo correto, pois como utilizam a matéria de história só dão uma breve ensinada, com isso o Direito não consegue auxiliar na construção da cidadania e nem aprimorar as capacidades dos alunos para conseguir adentrar no mercado de trabalho.

Nas escolas é ensinado desde o ensino fundamental na matéria de história como o Direito foi utilizado desde a Pré-história até os dias atuais como maneira de estruturar e preservar a organização dentro da sociedade, podendo ser pequenos grupos até civilizações gigantescas, além de demonstrar como o Direito passou por várias reformas e adaptações durante o tempo, mas seu objetivo sempre foi buscar proteger os cidadãos e fazer com que as sociedades funcionassem.

Além do mais ensinar que no direito utilizasse muito a palavra “depende”, pois em um exemplo prático em que um motorista atropela um cidadão e o mesmo vem a falecer em decorrência desse acidente, o senso comum acha que o motorista deve ser preso por homicídio, entretanto por sua falta de conhecimento não conseguem analisar o caso prático, como se foi um acidente ou não, se o motorista ou a vítima ultrapassaram o sinal vermelho do semáforo, desse modo evitando problemas futuros, como a justiça do povo, sem conhecer a verdade antes. Portanto, é importante durante o ensino fundamental e médio apresentar para os estudantes como o direito brasileiro os afeta antes e depois da maioridade, não somente explicar seu contexto histórico, mas trazer para a atualidade e explicar como o Direito funciona no Brasil, quais são seus deveres e direitos, ensinar que dependendo do seu ato pode acarretar sanções previstas nas leis.

Deste modo, é importante ensinar nas escolas seus direitos e deveres através do Direito, utilizando das disciplinas de Direito Constitucional, Direito do consumidor, ECA, Direito Penal, Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Trabalhista, que tem um grande impacto nas vidas dos cidadãos e uma imensa relevância na construção de conhecimento jurídico, portanto, tem a finalidade de auxiliar a educação na formação da cidadania dos alunos e os capacitar para o mercado de trabalho, tendo em vista que esta é a finalidade principal da BNCC.

Tendo em vista, que o foco de ensinar o Direito para os estudantes não é focar na letra fria da lei e nos procedimentos, mas sim capacitar o estudante para compreender cada disciplina do Direito, visando a formação de um estudante crítico que participe ativamente na sociedade e esteja preparado para reconhecer seus direitos e exercer seus deveres.

Conclusão

Deste modo pode se concluir que, o Direito através de disciplinas nas escolas tem capacidade para ampliar as habilidades no mercado de trabalho, a capacitação de um pensamento crítico e ter um posicionamento sobre seus direitos e deveres, pois, a sociedade necessita que os alunos pensam por si só, destarte, terão um conhecimento amplo do que ocorre na sociedade e poderão se posicionar da forma correta, por exemplo nas cláusulas péticas, caso o governa faça um projeto de lei que fere alguma dessas cláusulas, os cidadãos devem ter a aptidão de reconhecer que o projeto está em desacordo com a lei e saber como devem reagir a esse ato.

Concluiu-se o trabalho, que o estudante aprendendo todas essas matérias que o Direito apresenta, terá um amplo conhecimento para enfrentar as diversidades da vida, pois os alunos ao se tornarem adultos adquiram uma enorme responsabilidade, deste modo, devem sair do Ensino Médio preparados para saber quais atos são crimes, como pagar os impostos, seus direitos e deveres no mercado de trabalho, como funciona o governo e cada cargo ocupado, entre outras habilidades que o Direito proporciona para que os alunos possam se tornar a melhor versão de cidadão perante a sociedade. Espera-se que com o desenvolvimento desta pesquisa seja feita uma reflexão sobre esse tema e que a sociedade e o governo entrem em consenso para o desenvolvimento de uma disciplina de direito básico para as escolas.